CAPÍTULO 44

CONHECIMENTO DE LIBRAS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DAS TÉCNICAS RADIOLÓGICAS: importância para a proteção radiológica e inclusão social dos surdos.

[DOI 10.4322/978-65-995353-2-1.c44](https://doi.org/10.4322/978-65-995353-2-1.c44)

Beatriz Duarte Araújo Rocha¹, Idna de Carvalho Barros Taumaturgo²

¹ Instituto Federal do Piauí (biaduarte0302@gmail.com)

² Instituto Federal do Piauí, (idnabarros@gmail.com)

Resumo

Introdução: A busca por atendimento de saúde pelas pessoas surdas é bem menor quando comparada as pessoas ouvintes. Tal fato deve-se a incompatibilidade comunicativa entre profissionais da saúde e paciente surdo, demonstrando a importância do ensino de Libras na formação acadêmica dos profissionais da saúde, e dentre eles os profissionais das técnicas radiológicas. **Objetivo:** Identificar o conhecimento em Libras de profissionais das técnicas radiológicas e/ou a presença de funcionários no estabelecimento de saúde que sejam capacitados em Libras. **Método:** Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, realizada com 82 profissionais das técnicas radiológicas no período de 18/05/2021 à 28/05/2021, de acordo com os preceitos da resolução 466/12. Os critérios de inclusão foram: ter idade superior a 18 anos e já ter realizado atendimento de cunho radiológico a pacientes surdos. A coleta de dados se deu através de um questionário desenvolvido na plataforma Google Forms, o qual foi enviado aos participantes da pesquisa através do aplicativo WhatsApp. **Resultados:** A maioria dos participantes eram do sexo masculino (61%); na faixa etária de 20 a 29 anos (52%). Predominou profissionais que trabalham em instituição de saúde privada (67,5%) com tempo de atuação profissional entre 1 a 5 anos (39,1%). Quanto a realização de curso de Libras pelos profissionais entrevistados, 69,5% afirmaram nunca ter feito, porém demonstram interesse. Já 96,4% dos participantes relatam não haver a oferta de capacitação pelo local de trabalho, como também não há a disponibilidade de intérpretes, apontado por 98,8% dos participantes. **Conclusão:** A partir dos resultados obtidos, demonstra-se a importância da realização e da oferta do ensino de Libras na formação acadêmica dos profissionais das técnicas radiológicas, visto que tal conhecimento viria por auxiliar a comunicação entre profissional da saúde e paciente surdo, e aumentaria as chances de sucesso no atendimento de saúde da pessoa surda.

Palavras-chave: Ensino de Libras; Formação Acadêmica; Profissionais das técnicas radiológicas; Inclusão social.

Área Temática: Ciências da Saúde.

E-mail do autor principal: biaduarte0302@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

As deficiências, de maneira geral, são definidas como perda ou anomalia de uma determinada estrutura ou função, podendo ser anatômica, física ou psicológica. É de conhecimento geral que as pessoas com deficiência apresentam características peculiares devido as suas limitações, no entanto, devido a tal unicidade, essa população acaba por sofrer preconceitos e ser deixada à margem da sociedade, mesmo carecendo de atenção e cuidados especiais (PAGLIUCA, FIÚZA, REBOUÇAS, 2007).

A deficiência auditiva se configura como um dos mais graves distúrbios da comunicação, considerada como o tipo de deficiência mais difícil de gerar relações com o restante da sociedade, devido a audição ser o sentido pelo qual o ser humano percebe os sons, sendo essencial para o uso da linguagem como forma de comunicação (PAGLIUCA, FIÚZA, REBOUÇAS, 2007). Os graus de surdez são classificados mediante o grau de perda auditiva, baseados nos decibéis (unidade de medida da intensidade sonora), podendo ser: perda auditiva leve, de 20 a 40 dB; perda moderada, de 40 a 70 dB; perda severa, de 70 a 90 dB e perda profunda acima de 90dB (SILVA, 2008).

Segundo Gatto e Tochetto (2007, p. 110) “*A linguagem desempenha um papel essencial na organização perceptual, na recepção e estruturação das informações, na aprendizagem e nas interações sociais do ser humano*”. As pessoas com surdez têm uma perda enorme em todos os aspectos citados acima, devido a sua incompatibilidade de comunicação com o restante da sociedade. Em razão da sua cultura e forma de comunicação serem minoritárias, os surdos acabam por encontrar barreiras e falta de acessibilidade em diversos serviços essenciais à vida, sendo o principal deles, o atendimento de saúde (SOUZA et al., 2017).

Para os surdos, buscar um serviço de saúde é sinônimo de medo, desconfiança e frustração, devido a inconciliável comunicação entre o profissional de saúde e o paciente surdo. Devido a isso, essas pessoas buscam os serviços de saúde com uma frequência bem menor que o restante da sociedade. Esse comportamento é na verdade bastante compreensivo, visto que a grande maioria dos profissionais não estão aptos a se comunicarem com a comunidade surda, além de não terem preparo e conhecimento para lidar com uma cultura e linguagem tão

diferentes da habitualmente conhecida e utilizada, o que pode gerar ainda mais prejuízos e distanciamento dos ambientes de saúde pelos surdos (REIS, SANTOS, 2019).

Diante do impasse comunicativo entre profissionais da saúde e surdos, o debate acerca do uso e implementação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) por esses profissionais nos ambientes de saúde se faz cada vez mais atual e necessário, devido ser por meio dela que a maioria da população surda se comunica (REIS, SANTOS, 2019). A Língua de Sinais foi reconhecida em 2002, através da Lei Federal nº 10.436, como meio legal de comunicação e expressão da população surda (BRASIL, 2002). A mesma se configura como capaz de expressar qualquer conceito e emoção, sendo altamente estruturada e complexa como qualquer outra língua falada (CHAVEIRO, BARBOSA, 2005).

Diante do exposto, a pesquisa tem como objetivos: identificar o conhecimento em Libras de profissionais das técnicas radiológicas e/ou a presença de funcionários no estabelecimento de saúde que sejam capacitados em Libras.

2 MÉTODO

Estudo de natureza descritiva com abordagem quantitativa. Este trabalho é um recorte de um estudo maior intitulado ‘Estratégias e desafios enfrentados por profissionais das técnicas radiológicas no atendimento ao paciente surdo’ desenvolvido no ano de 2021, no período de 18/05/2021 à 28/05/2021, com profissionais das técnicas radiológicas que já tivessem prestado algum tipo de procedimento radiológico de cunho diagnóstico ou terapêutico a pessoas surdas.

Para fundamentação teórica deste estudo, foram feitas buscas nas bases de dados em saúde Scientific Electronic Library Online (SciELO), Centro Latino-Americano de Informação em Saúde (LILACS) e Bases de Dados da Enfermagem (BDENF), entre os anos de 2005 a 2021, por meio dos seguintes descritores: *ensino de Libras, atendimento de saúde, pacientes surdos*.

A amostra utilizada para a realização do trabalho foi composta por profissionais das técnicas radiológicas, dentre eles técnicos, tecnólogos e estagiários. Os critérios de inclusão foram: ter idade superior a 18 anos e ter tido experiência no exercício da profissão em atendimento ao cliente surdo.

A coleta de dados se deu através de um questionário desenvolvido na plataforma Google Forms, que foi posteriormente enviado aos participantes da pesquisa (mediante contato prévio) pelo aplicativo WhatsApp.

O presente trabalho seguiu os preceitos estabelecidos pela Resolução Nº 466/12, que se fundamenta nos principais documentos internacionais sobre pesquisas que envolvem seres

humanos, no que concerne os princípios de não-maleficência, sigilo e privacidade. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que possibilita o mais amplo esclarecimento sobre a investigação a ser realizada.

A coleta de dados foi iniciada após a aprovação da pesquisa na submissão à Plataforma Brasil. Com a aprovação, o número de Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) desta pesquisa é: 45141721.9.0000.9207.

3 RESULTADOS

No total, este estudo contou com a participação de 82 profissionais das técnicas radiológicas em que a maioria eram do sexo masculino (61%) e na faixa etária de 20 a 29 anos (52%). Predominou profissionais que trabalham em instituição de saúde privada (67,5%) com tempo de atuação profissional entre 1 a 5 anos (39,1%).

Na Tabela 1 constam as informações a respeito da oferta de capacitação em Libras pelo local de trabalho, como também sobre a realização de cursos pelos profissionais das técnicas radiológicas.

Tabela 1. Capacitação e conhecimento em Libras pelos profissionais das técnicas radiológicas, N=82, Teresina-PI, 2021.

Variáveis		N	%	Total	
				N	%
Em relação a realização de curso de Libras	Já fez, mas esqueceu tudo	4	4,9	82	100
	Já fez e está sendo útil	8	9,8		
	Nunca fez, mas tem interesse	57	69,5		
	Nunca fez e não tem interesse	13	15,9		
Quanto a oferta de cursos de capacitação em Libras no local de trabalho	Sim, obrigatórios	1	1,2	82	100
	Sim, mas não obrigatórios	2	2,4		
	Não	79	96,4		
Em relação a disponibilidade de intérpretes no local de trabalho	Sim, em turnos específicos	1	1,2	82	100
	Não	81	98,8		

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2021.

Dos entrevistados, 69,5% afirmaram nunca ter feito curso de Libras, mas demonstram

interesse em fazer. Já 96,4% dos participantes relatam não haver a oferta de capacitação pelo local de trabalho, como também não há a disponibilidade de intérpretes, apontado pela maioria dos entrevistados (98,8%).

4 DISCUSSÃO

4.1 RELAÇÃO PROFISSIONAL-PACIENTE E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA

É evidente o aumento da requisição de exames de imagem, devido ao grande auxílio das imagens para o diagnóstico médico. Tomando como base os exames de Tomografia Computadorizada realizadas nos Estados Unidos, houve um aumento significativo da realização dos mesmos, sendo de 2 milhões/ano em 1980 e crescendo para 65 milhões/ano em 2003 (IARED, SHIGUEOKA, 2010). Já no Brasil, segundo o IBGE, a solicitação de exames tomográficos cresceu 32,5% no curto período de 2000 a 2005 (JUNG, ATALLAH, 2017).

O aumento da solicitação desses exames vai de encontro ao aspecto mais importante da radiologia, a Proteção Radiológica. A mesma consiste em expor o paciente a menor dose de radiação necessária para se obter um diagnóstico preciso e fidedigno. A Radioproteção é baseada nos seguintes princípios: justificação, limitação de dose e otimização. O primeiro consiste na solicitação de um exame de imagem somente se os benefícios forem superiores aos riscos envolvidos. A limitação das doses é estabelecida por legislação e o último deles afirma que devem ser utilizadas doses tão baixas quanto razoavelmente exequíveis, baseando-se no princípio ALARA - *as low as reasonably achievable* (IARED, SHIGUEOKA, 2010).

Os princípios da Radioproteção foram estabelecidos para reduzir a exposição à radiação tanto dos profissionais ocupacionalmente expostos (profissionais das técnicas radiológicas) como dos pacientes. A radiação ionizante causa a ionização de átomos do corpo humano, sendo possível acarretar efeitos biológicos decorrentes da exposição. Os efeitos biológicos da radiação são dependentes de vários fatores, como: quantidade de radiação, energia da radiação, tempo e tipo de exposição, como também da região do corpo que foi irradiada, devido a sensibilidade à radiação das células encontradas na região exposta (DOROW, MEDEIROS, 2019).

O fornecimento de informações imprescindíveis ao funcionamento dos exames de imagem e terapias radiológicas atuam como uma das vertentes da proteção radiológica, visto que os mesmos só são feitos de maneira correta caso haja uma boa orientação ao paciente quanto ao procedimento. O profissional das técnicas radiológicas deve buscar a confiança do paciente, a fim de oferecer um atendimento humanizado e de qualidade. Além disso, o mesmo deve explicar para

o paciente todas as etapas dos exames ou terapia de cunho radiológico, como também tudo o que acontecerá durante a realização do mesmo, evitando assim que o paciente se movimente ou fique no posicionamento errado e consequentemente o exame de imagem seja refeito, aumentando a exposição do paciente à radiação, o que não é desejável (SOUZA et al., 2017; DINIZ, COSTA, SILVA, 2016).

Outro ponto a ser destacado é sobre o uso de meios de contraste em exames de imagem, que é cada vez mais utilizado devido a sua capacidade de possibilitar a diferenciação da densidade de estruturas anatômicas. O uso do contraste requer um cuidado e atenção maior do profissional das técnicas radiológicas, isto se dá por que o meio de contraste é uma substância passível de causar reações alérgicas importantes, sendo de extrema necessidade uma anamnese detalhada antes da sua utilização. Uma boa orientação e comunicação com o paciente podem indicar se o uso do meio de contraste é arriscado ou não, podendo prever a ocorrência de reações alérgicas leves, moderadas, graves, ou até mesmo a morte (MARTINEZ, 2004).

Devido a todos esses fatores, é necessário que o profissional das técnicas radiológicas e os outros profissionais atuantes do setor de diagnóstico por imagem sejam atenciosos e capacitados para promoverem um atendimento seguro e de qualidade. Tal profissional tem como missão realizar os exames de imagem minimizando a quantidade de radiação ao paciente, informar e orientar o paciente sobre todas as etapas do procedimento. Além disso, tem a obrigação de prevenir, detectar e tratar os possíveis efeitos adversos que podem surgir devido ao uso do meio de contraste, maximizando as chances do paciente de obter um diagnóstico seguro e preciso (DINIZ, COSTA, SILVA, 2016).

4.2 IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS NOS CURSOS DE SAÚDE

A necessidade e a importância da obrigatoriedade da disciplina de Língua Brasileira de Sinais na formação acadêmica de todos os profissionais da saúde, dentre eles os profissionais das técnicas radiológicas, estão amparados nos benefícios que uma boa comunicação entre profissional e paciente surdo vão promover no atendimento integral do último. É necessário oferecer as bases de conhecimento para que o profissional da saúde tenha acesso e possa aprender a linguagem dos surdos, visando uma efetiva comunicação com eles, o que aumentará a inclusão social dos surdos nos ambientes de saúde como também a melhoria do serviço prestado a essas pessoas que necessitam de atendimento especializado (RAMOS; ALMEIDA, 2017).

Mesmo que métodos de comunicação não verbais sejam utilizados no atendimento

desses

pacientes, a Libras ainda continua sendo o mais efetivo, por ser uma língua com estrutura gramatical própria e majoritariamente conhecida e utilizada pela comunidade surda. Devido a isso, destaca-se a importância de as pessoas terem conhecimento mínimo em língua de sinais, principalmente os profissionais da saúde, visto que ela é indispensável para o estabelecimento de uma comunicação eficiente e posterior relação de confiança do paciente para com o profissional, vindo a aumentar as chances das pessoas surdas buscarem os serviços de saúde com mais segurança e frequência (RAMOS; ALMEIDA, 2017).

A existência de pessoas com deficiência na nossa sociedade não deve ser vista com olhares preconceituosos, pois as deficiências nos mostram que todos somos diferentes e que o ser humano deve ser tolerante, respeitoso e buscar formas de incluir essas pessoas, que no caso da comunidade surda é através do estabelecimento de uma forma de comunicação eficiente. Quando relacionado aos ambientes hospitalares, faz-se imprescindível que esses espaços busquem formas e estratégias para se adequar as necessidades dessas pessoas, provendo um serviço digno em todos os níveis de assistência de saúde. A adequação a comunidade surda se faz através da capacitação e conhecimento em Libras pelos profissionais da saúde, que são os veículos do atendimento de saúde (SOUZA, PORROZZI, 2009).

A inclusão dos surdos na sociedade e a oferta de Libras como disciplina nos currículos escolares estão interligados. O ensino da Língua Brasileira de Sinais deve-se dar não apenas em categorias profissionais específicas, mas sim, desde os níveis básicos de ensino. O ensino de Libras nas escolas ainda é algo recente e que merece mais atenção, visto que o ensino dessa língua desde cedo proveria maiores chances de uma sociedade que saiba se comunicar com as pessoas surdas, facilitando a comunicação entre todos os cidadãos. As escolas inclusivas atuam no sentido de adaptar o sistema educacional de acordo com as necessidades de cada estudante, ou seja, o aluno surdo não é incluído apenas no ambiente de sala de aula e sim em todo o espaço educacional, viabilizando a inclusão social da comunidade surda nesses ambientes (SILVA, DAXENBERGER, 2015).

As potencialidades e habilidades do ser humano são desenvolvidas mediante a convivência social, conhecimento da cultura em que se vive e relações com outras pessoas que podem ou não ter deficiências. Porém, o surgimento dessas potencialidades é dependente do acesso que esses seres tem a diversos fatores e vivências. No contexto da surdez, a aprendizagem da língua de sinais pelos ouvintes se constitui como um elemento agregador do seu processo de formação quanto ser humano, construindo as bases de uma convivência social

com grupos diferentes dele mesmo (MARQUES, BARROCO, SILVA, 2013).

A Lei Federal nº 10.436 foi a responsável por reconhecer a Libras como meio legal de comunicação e expressão dos surdos e também apontar diretrizes, dentre elas: apoio ao uso e difusão da língua de sinais nos espaços públicos, garantia de atendimento adequado aos surdos pelas instituições de saúde e por fim, a obrigatoriedade do ensino de Libras em cursos de Educação Especial, Licenciaturas e Fonoaudiologia. A importância da obrigatoriedade citada anteriormente é indiscutível, entretanto a lei não expõe as bases para a oferta do curso de Libras nos cursos superiores, bem como a sua carga horária, deixando a cargo da instituição de educação a definição dos mesmos, o que não garante uma padronização do ensino da língua de sinais no Brasil (BRASIL, 2002. BENASSI, DUARTE, PADILHA, 2012).

Em uma pesquisa de campo realizada por Benassi, Duarte e Padilha (2012) foi questionado aos participantes se a carga horária de 60h do estudo da Língua Brasileira de Sinais era suficiente para o licenciado se comunicar efetivamente com o surdo. A maioria dos participantes relatou ser insuficiente, com a justificativa de ser impossível aprender e dominar uma segunda língua com um curso de pouca duração. Alguns afirmam a necessidade de mais um módulo do curso voltado a prática e conversação, o que viria por garantir mais domínio e segurança do licenciado ao se comunicar em Libras com as pessoas surdas (BENASSI, DUARTE, PADILHA, 2012).

5 CONCLUSÃO

Mesmo com a Lei Federal nº 10.436 em vigor, que determina que as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devam prestar assistência e atendimento adequado aos pacientes surdos, isso não ocorre, pois os profissionais da saúde não conhecem a língua de sinais (pois geralmente não faz parte da sua formação acadêmica) e também não há a oferta de cursos de capacitação e a disponibilização de intérpretes de Libras pelo local de trabalho. Tais condições dificultam o estabelecimento de uma comunicação eficiente com o paciente surdo, resultando na sua não inclusão social nos ambientes de saúde. Além disso, aumenta-se os riscos da exposição à radiação desnecessária pelo paciente, devido ao não seguimento das orientações dadas pelos profissionais das técnicas radiológicas, já que na maioria das vezes não há sucesso na comunicação entre os mesmos.

REFERÊNCIAS

BENASSI, C.A.; DUARTE, A. S.; PADILHA, S.J. Libras no ensino superior: sessenta horas

para aprender a língua ou para saber que ela existe e/ou como se estrutura. **Revista de Letras Norte@mentos**, v. 5, n. 10, p. 45-59, 2013.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 de abril. 2002.

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 417-422, 2005.

DINIZ, K.D.; COSTA, I.K.F.; SILVA, R.A.R. Segurança do paciente em serviços de tomografia computadorizada: uma revisão integrativa. **Rev. Eletr. Enf.**, Goiás, v.18, p. 1-15, 2016.

DOROW, P.F. MEDEIROS, C. **Proteção radiológica no diagnóstico e terapia**. Santa Catarina: Publicação do IFSC, 2019.

GATTO, C.I.; TOCHETTO, T.M. Deficiência auditiva infantil: implicações e soluções. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 110-115, 2007.

IARED, W. SHIGUEOKA, D.C. Exposição à radiação durante exames de imagem: dúvidas frequentes. **Diagn Tratamento**, São Paulo, v. 15, n.3, p. 143-145, 2010.

JUNG, R. ATALLAH, A.N. Tomografia computadorizada e risco de neoplasias. **Diagn Tratamento**, São Paulo, v. 22, n.2, p. 57-62, 2017.

MARQUES, H.C.R.; BARROCO, S.M.S.; SILVA, T.S.A. O ensino da Língua Brasileira de Sinais na educação infantil para crianças ouvintes e surdas: considerações com base na psicologia histórico-cultural. **Rev. Bras. Ed. Esp**, v. 19, n. 4, p. 503-518, 2013.

MARTINEZ, G.D.R. **Orientação para a equipe de enfermagem sobre exames radiológicos contrastados**. Orientadora: Ana Maria Magalhães. 2004. 45 f. TCC (Graduação em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PAGLIUCA, L.M.F.; FIUZA, N.L.G.; REBOUCAS, C.B.A. Aspectos da comunicação da enfermeira com o deficiente auditivo. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 411-418, 2007.

RAMOS, T.S.; ALMEIDA, M.A.P.T. A importância do ensino de Libras: relevância para profissionais da saúde. **Id on Line**, v. 10, n. 33, p. 116-126, 2017.

REIS, V. S. L.; SANTOS, A. M. Knowledge and experience of Family Health Team professionals in providing healthcare for deaf people. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 21, n. 1, e5418, 2019.

SILVA, L.P. Manual de orientação de práticas interventivas no contexto educacional para professores do ensino fundamental. **Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE**. Mandirituba, 2008.

SILVA, M.L.; DAXENBERGER, A.C.S. Ensino de Libras para alunos da educação básica por meio de uma ação extensionista. **II Congresso Nacional de Educação**. 2015, p. 1-10.

SOUZA, M. F. N. S. *et al.* Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 395-405, 2017.

SOUZA, M.T.; PORROZZI, R. Ensino de Libras para os profissionais da saúde: uma necessidade premente. **Revista Práxis**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 43-46, 2009.

SOUZA, N.R. *et al.* Atuação de enfermeiros em serviços de radioterapia. **Rev enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v. 25, e. 26130, p. 1-7, 2017.